



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Ofício Circular nº 039/2010-CJCI

Belém, 23 de fevereiro de 2010.

Exmo.(a) Senhor(a)

Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de

Altamira, Bragança, Cametá, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba,
Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Rondon, Santarém, Xinguara e Tucuruí

Senhor Magistrado,

Considerando notícia veiculada na edição de 23 de fevereiro de 2010 em jornal de circulação estadual, através de seu portal na internet, acerca da “Operação TQQ”, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, no intuito de fiscalizar a frequência dos magistrados em suas respectivas comarcas, conforme documento anexo, solicito a V. Ex.^a que manifeste-se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas acerca da situação apontada, com a devida comprovação documental.

Atenciosamente,


Des.^a MARIA RITA LIMA XAVIER

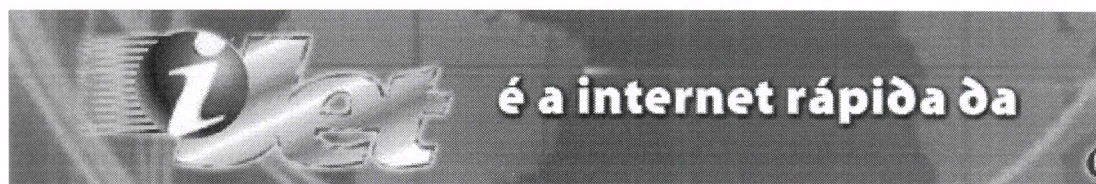
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



CANAIS

Blogs e
Colunas O
Liberal

Amazônia CONFIRA:

As fotos da galera que circula na
night paraense

O LIBERAL

CAPA

ATUALIDADES

MAGAZINE

ESPORTE

POLÍCIA

PODER

PODER

Belém 23 de Fevereiro de 2010

OAB abre "Operação TQQ"

Envie para um amigo

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA) admite a possibilidade de ingressar em juízo com mandado de segurança para que os juízes do Estado residam na comarca em que estão lotados. A ação, ainda em estudo, daria cumprimento a preceito constitucional, disposto na Constituição Federal de 1988, e na própria Lei Orgânica da Magistratura, que determina a obrigatoriedade do domicílio.

O presidente da OAB-PA, Jarbas Vasconcelos, disse que a entidade vai esperar primeiro o resultado de uma reunião de trabalho programada para o dia 2 de março com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Rômulo Nunes. Neste encontro, uma das pautas da audiência é a exigência da fixação da residência em comarcas nas quais os magistrados estejam lotados. 'Vamos esperar primeiro que os juízes se sensibilizem', disse.

Ontem, a OAB-PA divulgou em entrevista coletiva o resultado da primeira de uma série de *blitz* que pretende deflagrar neste ano. De acordo com a fiscalização da Ordem, batizada de 'Operação TQQ', 60,5% dos magistrados de 147 varas pesquisadas pela entidade no Pará estavam ausentes. Apenas 39,5% deles estavam presentes. O Estado possui 153 varas em 104 municípios. Outros 39 municípios não possuem comarcas instaladas.

'Operação TQQ' faz referência a um jargão no meio jurídico que significa que o juiz no Brasil trabalharia apenas às terças, quartas e quintas-feiras e que foi recentemente utilizado pelo presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante Júnior.

A *blitz* foi realizada pelas subseções da OAB-PA em **Altamira, Ananindeua, Bragança, Cametá, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Rondon, Santarém, Xinguara e Tucuruí**. Jarbas Vasconcelos informou ainda que 21 conselheiros da entidade também saíram às ruas, ontem, para checar a situação nos Fóruns Cível e Criminal da capital. Icoaraci e os juzizados especiais ficaram de fora da fiscalização.

FREQÜÊNCIA

Na capital, o comparecimento foi maior, no entanto o presidente da OAB-PA destacou que os horários de trabalho foram os mais diversos. Apenas cinco juízes chegaram às 8h em ponto para o trabalho. A chegada ao local de trabalho da grande maioria oscilou entre 8h10 e 10h40. Das 26 varas no Fórum Criminal de Belém, nove juízes deixaram de trabalhar, o que corresponde a mais de 30% do total. 'O Conselho Nacional de Justiça foi uma das melhores coisas que aconteceu ao Poder Judiciário, que precisava ser democratizado. O Poder Judiciário não era capaz de ouvir o cidadão e a sociedade. Apenas a ele mesmo. Mas o Poder Judiciário não é um Poder dos juízes. É do Estado', disparou Jarbas.

Segundo o presidente da OAB no Pará, 'o juiz tem o dever de corresponder à sociedade que se esforça para pagá-lo'. E o valor, disse ele, é alto. Algo em torno de R\$ 20 mil. Ele reconheceu o déficit de juízes no Pará e que o Estado está abaixo da média nacional, de seis magistrados para cada 100 mil habitantes. O número do Estado é de quatro para cada grupo de 100 mil.

A OAB-PA também fez uma blitz dita 'virtual' na Justiça do Trabalho da 8ª Região e identificou que apenas uma vara trabalhista não estava com audiências marcadas a cada cinco minutos, o que contraria um acordo de que o intervalo entre cada audiência deve ser, necessariamente, de 15 minutos. 'Vamos fazer um ofício e informar, porque não queremos fazer desse levantamento uma demanda judicial', completou.

Associação dos Magistrados considera blitz 'policialesca e intimidadora'

A Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Amepa) reagiu à ação da Ordem dos Advogados do Brasil seção Pará advertindo que, se algum juiz se sentir intimidado com a *blitz*, a entidade vai entrar na Justiça contra a OAB-PA, propondo danos morais, em ação que tipificará crime contra a honra.

Paulo Vieira, presidente da Amepa, considerou a *blitz* 'uma atitude policialesca, insensata e intimidadora'. 'Ninguém aqui é certo ou errado. Mas a OAB está complicando com essa atitude de beligerância. *Blitz* quem faz é a polícia', disparou.

A Associação dos Magistrados também ameaça com nova ação propondo o reconhecimento de danos morais para o juiz que se sentir ofendido com a afirmação do presidente da Ordem no Estado, Jarbas Vasconcelos, de que grande parte dos magistrados não mora nas comarcas. 'Falar é fácil, quero que ele prove', reiterou.

O presidente da entidade afirmou que os juízes já são muito pressionados pelo Conselho Nacional de Justiça e que esta pressão da OAB-PA é dispensável. 'A OAB quer o confronto, e a Amepa não vai permitir. Esta atual diretoria está criando uma situação que vai fazer com que o relacionamento entre juízes e advogados não fique bom. Ao contrário. Ficará difícil, complicado e chato', disse, sem admitir no entanto que haverá retaliação.

Os números apresentados pela Seccional da OAB no Pará não têm validade jurídica, segundo Paulo Vieira. E mais. Para ele, os dados também não possuem veracidade. 'O juiz pode estar de férias e outro colega pode estar respondendo. Não há documentos que comprovem e eu não acredito. Só acredito se os dados estiverem em uma certidão informando o nome dos juízes faltosos', pontuou.

PONTO

Paulo Vieira ressaltou que é papel da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado fiscalizar se um magistrado comparece ou não ao trabalho. 'A OAB não é órgão fiscalizador. E o juiz é um agente político, não tem horário de trabalho', esclareceu, alegando que a matéria já está pacificada no CNJ, através do voto do conselheiro relator Rui Scopo ao Recurso de Controle Administrativo nº 200810000002920, sobre ação interposta pelo Sindicato dos Servidores do Judiciário do

Maranhão, que propôs ponto eletrônico para os juízes.

O presidente da Amepa explicou ainda que o juiz não tem horário rígido porque precisa atender advogado, fazer audiência, dar despacho e muitas vezes trabalha até casa fazendo sentenças. 'O que é mais importante é a produção do juiz. Não estamos na época da ditadura e a OAB é um órgão democrático, que sempre defendeu as liberdades', sentenciou.

A Associação dos Magistrados do Pará fez questão de ressaltar que o Pará está no topo do déficit de magistrados por habitantes e também é um dos Estados que menos servidores possui no Poder Judiciário. 'Mas fomos o quarto que mais julgou processos da meta 2, segundo dados revelados hoje (ontem) pelo CNJ. No Pará, tudo é muito mais difícil. Até intimar por causa das distâncias. E ainda temos um grave problema, que é o advogado que abandona os processos e não comparece. A OAB só sabe criticar', finalizou.

► Cadernos do dia



CLASSIFICADOS
Anuncie Online | Classimais | Libonline

Fale

Copyright © 2004 - 2009. Todos os direitos reservados ao Jornal O Libe